DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

CONSIDERAÇÕES SÔBRE O PROJETO DA SUPRA

F. ALVES DE ANDRADE

É incontestável e se deve sempre considerar que, sem uma verdadeira reforma agrária, não será possível resolver o problema da agricultura no mundo. O mundo inteiro, com um e meio bilhão de pessoas ocupadas na agricultura, 58% da população mundial, está carecendo de reformas agrárias substanciais. Até mesmo a Rússia, esta, sobretudo, está exigindo uma verdadeira reforma agrária. É que, tendo usado de máxima intervenção estatal no campo, não conseguiu, assim, resolver o liminar problema de sua produção de alimentos. E estende a mão, comprando trigo aos países capitalistas.

Ao pé dos Kolkhoses ou dos Sovkhoses, sentem os seus líderes a necessidade de reformas e emendas aos processos existentes. Há que atenuar o contrôle político e social no campo, dando maiores estímulos ao camponês.

O Professor Alec Nove, especialista de Estudos Econômicos e Sociais Soviéticos na Universidade de Londres, em seu livro sôbre "A Economia Soviética", analisa a conjuntura e diz que a reforma está próxima. A Rússia haverá de marchar para o humanismo, será forçada a dar mais liberdade ao camponês. Por que?

A agricultura é essencialmente, e deverá ser, cada vez mais, a atividade do homem livre.

(*) A 27 de janeiro de 1964, o autor, convidado pelo Rotary Clube Fortaleza-Oeste, fêz sua crítica, como estudioso em assuntos de Política Agrária no Nordeste, ao **Projeto da SUPRA** (Superintendência da Reforma Agrária), tendo sido, por isso, combatido pelos esquerdistas e censurado pelos partidários do então Presidente João Goulart. Professor da Escola de Agronomia da Universidade do Ceará, exercendo então o cargo de Delegado Federal da Agricultura, o Engenheiro-Agrônomo Francisco Alves de Andrade criticou assim corajosamente aquêle Projeto que foi aprovado como Decreto, sendo o mesmo motivo de agitação política.

No Brasil, uma verdadeira reforma agrária deveria consistir em organizar os agricultores, partindo de uma harmonia de entendimentos dos que laboram os solos, para libertá-los e defendê-los dos intermediários que muito mais usufruem da mais valia dos frutos da terra. Ao invés de se processar de baixo para cima, procederia de cima para baixo, da cidade para o campo, rompendo trustes, privilégios, regalias e monopólios, quebrando ou reduzindo as cadeias da comercialização insensata que inelutàvelmente esmaga o agricultor.

O Projeto da SUPRA Não Constitui Ainda Reforma Agrária

O Projeto da SUPRA é uma das tentativas para abrir caminho à reforma agrária em nosso País. Todavia, sem que do mesmo figurem os elementos substanciais da reforma da estrutura, é uma iniciativa limitada à desapropriação de terras para sua distribuição visando àquele impulso inicial de baixo para cima. Não constitui por si mesmo nem mesmo a desapropriação, que viria depois. O Projeto é, na verdade, uma declaração de utilidade pública por interêsse social, para efeito de desapropriação das áreas compreendidas no raio de dez quilômetros dos eixos rodoviários federais. Seriam excetuadas dêsse empreendimento as pequenas e médias propriedades ou posses até duzentos e cinqüenta hectares, para a agricultura, e até quinhentos hectares para a pecuária e que tenham adequada exploração econômica. (1)

Declara ainda o Projeto que as áreas de terra com dimensão superior às definidas como isentas da desapropriação (propriedades até 250 hectares para a agricultura e 500 hectares para a pecuária) não serão desapropriadas se comprovarem aproveitamento como bem produtivo.

Propõe-se o Govêrno garantir os objetivos sociais contra o latifúndio ocioso, implantado pelos açambarcadores de extensas áreas e grupos de influência que se beneficiam com a valorização decorrente de investimentos públicos, enriquecendo com o negocismo imobiliário. Quanto a esta parte, e limitada a êste efeito, justificar-se-ia a iniciativa. Para êste alcance, o Projeto deveria ter sido formulado mediante critério de um zoneamento definido com empreendimentos prioritários, assegurados então os recursos materiais e humanos para a respectiva execução de projetos-pilôto específicos.

É que sòmente uma experiência preliminar, bem amparada e conduzida, com planejamento à altura das diversas necessidades,

(1) Posteriormente, o Decreto aprovado ampliou para 500 hectares de modo geral.

poderia garantir a expansão do empreendimento reformista. Os núcleos de colonização, cuja implantação se anuncia à margem das estradas, carecem de uma experiência, uma vez que os processos clássicos de colonização fracassaram por tôda parte no Brasil.

Lançado como está pela SUPRA, indefinido quanto aos objetivos, sem as diretrizes de uma política agrária visando não só à relação terra-homem, mas as interações e interferências nos outros setores, no comércio e na indústria, a prenunciada desapropriação é como querer atirar pedra na lua. Não poderá realizar a verdadeira reforma agrária, que é reforma de estrutura. Esta não se faz com as simples mudanças de donos de terras. De grandes proprietários por médios e pequenos, sempre abandonados, sempre desassistidos e sem organização.

Dêste modo, o Projeto da SUPRA não pode merecer o nome de Reforma Agrária. Está muito longe de alcançá-la. Mas é a própria justificativa dos seus formuladores que o diz textualmente e com grande surprêsa para todos nós:

> "Dêste modo, o projeto submetido ao Chefe do Executivo, **longe de alterar em substância as estruturas vigentes,** constitui ao menos um dever administrativo, no âmbito de sua competência, para preservar o alto custo dos serviços públicos, destinando à valorização conseqüente, em prol da massa campesina que precisa de um pedaço de terra, como um bem necessário às suas conquistas materiais, à sua ascensão social, e também ao desenvolvimento econômico do País."

É Preciso Ir Mais Além e Atingir a Comercialização

Acontece que o que tem sido feito no Brasil desde os tempos de Dom João III até hoje tem sido essa inconsiderada distribuição de terras, em virtude de confessa incapacidade governamental para geri-las e administrá-las. De fato, à Nação portuguêsa pertencia, por direito de conquista, tôda a propriedade territorial brasileira. Em fins de 1530, Dom João III instituiu as capitanias hereditárias, entregando as terras a donatários a quem competia fazer doações de sesmarias. E o regime das concessões continuou.

Repetimos aqui e insistimos em que uma reforma agrária não poderá ter eficiência no Brasil se a sua objetivação limitar-se exclusivamente ao setor primário da lavoura e da criação, com a distribuição de terras, deixando livres e a descoberto aquêles outros campos do secundário e do terciário, da indústria e do comércio,

que mais usufruem, às vêzes, extorsivamente, da mais valia dos frutos da terra. Aqui mesmo no Ceará, apenas 33% do valor monetário do algodão passam, e cèleremente, pelas mãos do agricultor, enquanto 67% são a cota abusiva do intermediário que mais explora o homem que cultiva o algodão.

O Projeto da SUPRA, examinado à luz de um critério global que deve presidir à formulação de uma verdadeira reforma inspirada no humanismo cristão e na realidade nacional, significa muito pouco; ressalta o lugar-comum, o primarismo rude dos que vêem apenas a relação terra-homem, proprietário de terras e trabalhador rural. Pior que a exploração do senhor de terras é a que é tramada em cadeia, desde a comandita de pequenos intermediários aos oligopsônios, fortalecidos até mesmo por rêdes bancárias oficiais que os financiam.

O caso do algodão é típico no Ceará. No ano passado os campos dos sertões cobriram-se de capulhos de algodão. O homem plantou muito mais do que os seus braços podiam colhêr. A decretação dos preços mínimos veio tarde e de modo a beneficiar apenas o vendedor da pluma. Os bancos recuaram no financiamento. O agricultor proletário vendeu como sempre o seu produto na fôlha. O preço mínimo considerado para a pluma foi estimado para o algodão em caroço abaixo do custo.

Vi e documentei montanhas de sacos de algodão empilhados nas ruas, sem que as fábricas do interior tivessem armazéns com capacidade para guardá-los. Todo o fruto do labor estóico, heróico, brutal reduziu-se a míseros salários de fome, uma vez que o maquinista recebeu a safra para pagar a prazo e a preços vis. Considere-se que muitos perderam 20 a 30% do algodão que ficou nos campos porque o agricultor não conseguiu apanhar em tempo. E as chuvas chegaram cedo, não havendo para muitos ensejo de preparar novos roçados.

Aquela multidão de agricultores, que após a sua batalha de produção entregou assim o seu algodão ao intermediário, pareceu-me um exército vencido, esmagado criminosamente pela desumana estrutura da comercialização. Aí, sim, está a ponta da meada por onde deveria começar a verdadeira reforma agrária nos sertões.

Não é a terra que é preciso dividir, mas é o rendimento social agrícola que é preciso melhor distribuir.

O homem sertanejo prefere hoje ser bodegueiro a agricultor. À margem das estradas por onde a SUPRA deseja começar a sua reforma agrária, com fundamento na distribuição de terras, não se erguem no Nordeste emprêsas agrícolas. O agricultor deserta dos campos, emigra dos vales onde estão verdadeiramente as boas terras das melhores fazendas e vem para as margens e bôcas das estradas montar estabelecimentos comerciais. Em um trecho dos ser-

tões de Mombaça contei à margem de uma rodovia, por cada dois e meio quilômetros, uma bodega assinalando o abandono da atividade agrícola e a hipertrofia da comercialização.

O Critério Físico dos Eixos Rodoviários Ante o Impacto Administrativo

A desapropriação de imóveis agrários, tomando como base os eixos rodoviários, é critério de ordem física que, embora se justifique quanto a evitar a especulação imobiliária, não poderá servir de fundamento geral para a implantação da reforma agrária no Brasil. Nem sempre as rodovias vão encontrar os verdadeiros e mais vastos latifúndios. E a terra boa mais raro se encontra à margem das rodovias, pois se acantona nos vales distantes.

Alçado porém de modo vago e indefinido, há de se temer que o decreto se torne inexcqüível. E, se aprovado nos têrmos da minuta divulgada, permaneça apenas como um espantalho ou ameaça, inibindo os investimentos da iniciativa privada no meio rural. É que não se sabe até onde, quando, ou por onde as desapropriações virão começar. (2)

O País não dispõe de estrutura administrativa ou judiciária adequada e muito menos de recursos técnicos e humanos para empreender a desapropriação em massa, nos têrmos das instituições vigentes, realizando sistemática utilização.

Tôda a atividade brasileira se faz e continua sob o impulso do pioneirismo. Foi o nosso povoamento uma espécie de "crescei e multiplicai-vos", que, abrindo a marcha das concessões territoriais, rumou pelos caminhos abertos dos rios, semeando aldeias e fazendas. O sertanista rompeu os pés no pedregulho e sangrou as mãos entre os espinhos, matou e morreu pela terra que conquistou. Dificilmente largará o seu troféu.

O Direito de Desapropriar e o Dever de Caminhar Seguro

Não se pode negar ao Govêrno o direito que êle tem de realizar as desapropriações que se fizerem necessárias por interêsse social. Mas o Estado tem o dever de caminhar seguro, usando de planejamento de verdade e não de promessas. Há que garantir as atividades produtivas e evoluir pacìficamente. Jamais estimular a luta aberta e odienta entre empregados e empregadores.

(2) Realmente o Decreto da SUPRA figurou como grave ameaça ocasionando a Revolução de 1.º de abril de 1964.

Não somos contra as desapropriações de terras que, em certos casos, poderão tornar-se necessárias. Mas, não tememos declarar que a desapropriação é, em princípio, um processo anti-social de aquisição da terra por parte do próprio Estado ou Govêrno que, nos primórdios, a distribuiu. É anti-social a desapropriação quando força ou coage o proprietário a despojar-se do que tem, ao invés de, preliminarmente, tentar integrá-lo econômicamente na comunidade rural, proporcionando-lhe meios assistenciais para que cultive e explore devidamente o solo que conquistou.

ALGUNS INFORMES ESTATÍSTICOS

Até aqui, havemos tratado do problema aceitando um pouco as premissas que falam da falta de terras para os que querem trabalhar. Qual a exatidão dêste conceito? O último censo de 1960 revela que, dos 851 384 400 hectares que compõem o território do País, 265 450 800 hectares constituem a parte ocupada pelos imóveis ou propriedades agrárias. Disto resulta que apenas 31% do território nacional é a extensão ocupada pelos donos de terras. Restam ainda vazios 69%, à espera de serem apropriados e utilizados econômicamente.

Da área total das propriedades agrárias no Brasil, revela o mesmo censo agrícola que apenas 11,2% representam a área cultivada. Por que? Em tôda essa vasta extensão a agricultura se processava como ainda existe pelo esfôrço quase exclusivamente braçal. Encontrou-se 2,1 tratores por cada porção de 1 000 hectares cultivados. O Nordeste se apresenta com 0,3 tratores por 1 000 hectares cultivados. O Ceará ofereceu a situação mais deficitária quanto à mecanização, com 0,2 tratores por 1 000 hectares cultivados. Todavia, o Sul do País se apresenta com 3,8 tratores para 1 000 hectares cultivados e sua lavoura ocupa 22% de seu território agrário. Considere-se que enquanto o Nordeste cultiva aproximadamente 15% de seu território agrário, São Paulo cultiva aproximadamente 25%. Ora, verificou-se que, enquanto o Nordeste tinha 0,3 tratores por 1 000 hectares de lavoura, São Paulo apresentava 5,6 tratores por hectare cultivado.

De relance, conclui-se que não há falta de terras para os que trabalham na agricultura. Há falta de máquinas, de tratores e de implementos agrícolas. No Nordeste, especialmente no Ceará, o esfôrço braçal é heróico e realmente estóico. A área de lavoura era, em 1950, 827 002 hectares. Duplicou em 1960, subindo para 1 639 967 hectares. No censo anterior, o Ceará cultivava 8,1% da área de seus imóveis agrários. Em 1960, passa a cultivar 14,4%. Com que meios?

com a fôrça executiva de seus braços, pois o Ceará mantém 6,6 pessoas ocupadas por cada estabelecimento, tem 0,8 arados por cada 1 000 hectares de lavoura e a insignificância de 0,2 tratores por cada 1 000 hectares cultivados.

É o Ceará, no Nordeste, a unidade em que a terra está melhor distribuída. O número de estabelecimentos agrícolas, de 86 690 que era em 1950, passou em 1960 a 122 834. A área média baixou de 117 para 92 hectares. 67,4% dos estabelecimentos situam-se com área abaixo de 50 hectares e são propriedades quase exclusivamente de lavoura. 29,8% situam-se entre 50 a 500 hectares e são propriedades de exploração mista, mas ainda predominando a lavoura. E 2,8× apenas estão acima de 500 hectares como propriedades de exploração predominantemente pastoril.

Aspectos Fundamentais de Uma Reforma Agrária

Para mim, a reforma agrária no Brasil deveria situar em primeiro plano a promoção educativa do homem, em segundo, o associativismo agrário cooperativista, capaz de transformar a estrutura através da organização das comunidades em grandes cooperativas de produção, de consumo, de beneficiamento dos produtos, realizando a comercialização em benefício do produtor rural.

Ao invés de pura e simples desapropriação de terras, o Govêrno implantaria algumas fábricas-cooperativa de campo, liquidaria com os oligopsônios e com a sua cadeia de intermediários. Em terceiro lugar, viria o acesso à tecnificação, promovendo a substituição de músculos humanos por músculos de ferro e de aço, desde as pequenas máquinas e motores agrícolas ao trator pôsto ao alcance dos agricultores por intermédio das patrulhas móveis cooperativas. Enquanto a máquina não fôr posta à disposição do produtor rural, seja êle grande, médio ou pequeno, continuará o mesmo explorando ou tentando explorar o seu semelhante, no emprêgo do serviço braçal. O braço será sempre caro, caríssimo... É que o preço das utilidades ofertadas ao consumidor no campo crescerá com o avanço dos salários urbanos, que assim tenderão a fazer subir os salários rurais. Como, na atual conjuntura, os produtos agrícolas não têm a mínima garantia de preços, a produção agrária, por mais que se intensifique a produtividade, será inelutàvelmente deficitária. Comercialização solidária, mecanização e educação popular rural! A distribuição de terras é fator complementar. Melhor seria a organização dos proprietários e trabalhadores em acionariatos de que todos participariam como sócios da emprêsa agrária de índole cooperativista.

SINDICALISMO, ENXADA E VOTO

E o sindicato? o sindicato, como está sendo organizado, difundido no Brasil, é um órgão político, antieconômico, de oposição contumaz à emprêsa. A emprêsa agrícola não se organizou ainda. Não há garantia de preços, a produção é deficitária. O sindicato, como tal, arrasará com ela. E aqui é oportuno o conceito de Drucker: "A sociedade deverá exigir do sindicato que aceite a responsabilidade pelas conseqüências de sua política salarial..." Como? Só haverá um caminho: o de fazer o trabalhador participar como sócio da emprêsa. Seria transformar o sindicato em acionariato agrário.

Que será da vida rural brasileira se houver de se implantar a execução atabalhoada do Projeto da SUPRA acompanhada da sindicalização? Que será da agricultura sem máquinas, sem assistência técnica, sem organização, aturdida com as lutas intestinas?

Acontecerá que o velho trinômio coronelismo-enxada-e voto do Senhor Vítor Nunes Leal será substituído simplesmente por êste outro, talvez mais ruinoso e esquisito: sindicalismo, enxada e voto...

89% dos Agricultores São Pequenos Proprietários Sem Assistência e Sem Organização

Conjeturando sôbre estas coisas, fiquei pensando que há no Brasil 3 349 484 propriedades rurais, das quais, 1 499 545, ou seja, 44,8% são estabelecimentos abaixo de 10 hectares e outro tanto, num total de 1 494 548, equivalendo 44,6%, têm extensão abaixo de 100 até 10 hectares. Êstes pequenos proprietários, sem capacidade aquisitiva para comprar um trator e necessitando mesmo dos instrumentos mais rudimentares, restam por aí na maioria entregues à própria sorte. No entanto, são êles que, com esfôrço dos seus braços, cultivam 58× da área da lavoura nacional. Por que não se mobilizam desde já os recursos do País para organizá-los e dar assistência aos que já possuem as suas terras? No Ceará, 91% das propriedades agrárias situam-se abaixo de 200 hectares de terras. Êstes pequenos proprietários sofrem no corrente ano um Suplício de Tântalo, vendo os seus campos banhados de chuvas e sem recursos para cultivá-los. Ainda ontem, todo o seu algodão foi comprado "na fôlha" ou a preços vis, abaixo do custo. Os preços mínimos não funcionam para o produtor no Ceará. A caminho dos sertões, vi pela primeira vez, ante as chuvas que caem sôbre os campos verdes, vi o sertanejo triste. Tristes o dono da terra e o trabalhador rural. O que êles compram está acima do que produzem. Uma enxada custa ali 1 000 cruzeiros;

uma roçadeira 1 500 a 1 800; uma foice 2 000 cruzeiros e um machado 2 500 cruzeiros. O Ministério da Agricultura está com os seus armazéns vazios de máquinas e as verbas para as repartições de fomento não chegaram ainda.

Entre os campos com terras subutilizadas estão os Postos Agropecuários, as Fazendas do Govêrno.

O processo de execução orçamentária, sempre tardia e obsoleta, impede o funcionamento normal dos serviços de fomento e extensão rural.

Enquanto as terras do Ceará banham-se de chuvas os agrônomos estão com as mãos vazias de recursos para atendê-las.

O problema agrário requer a união de todos os brasileiros para resolvê-lo. A sua solução requer não só empreendimentos ousados, mas estudos, planejamento, novas técnicas, nova organização e, sobretudo, muito desprendimento e sacrifícios.

Falando nesta sociedade de homens líderes, que, no Rotary Clube Fortaleza-Oeste dedicam-se ao ideal de servir, outra conclusão não deveríamos formular, senão a de que a reforma agrária exige uma compreensão global, esfôrço humanista solidário, especialmente daqueles que operam em outros setores da atividade humana, na indústria e no comércio, no campo educacional e político, a partir do mundo urbano, onde estão as tenazes que, em vez de ajudar, esmagam os que bracejam no mundo rural.

Os campos do Ceará estão nesta quadra banhando-se de chuvas, mas o agricultor se acha sem recursos para cultivá-los. Há sêde de assistência ao setor primário, sob todos os aspectos. Os agricultores cearenses estão com os seus braços sangrando, à falta de máquinas e instrumentos agrícolas, estão morrendo e resistindo, à míngua de quem os instrua, de quem os organize, de quem os anime, de quem os salve!

Direi, agora, como Demócrito Rocha, em seu poema sôbre o Rio Jaguaribe: Homens da terra, salvai o Ceará! Onde estão os líderes políticos do Ceará que não se erguem nas tribunas em defesa da sua agropecuária, que não falam, que não interpelam ou reclamam? É a vez de todos nós, num movimento de ação social humanista e solidária, na luta pelo desenvolvimento brasileiro da vida rural!